



Limites saxonicarum – Fronteiras militares na Inglaterra Anglo-saxônica e na Saxônia continental, séculos IX e X.

Limites saxonicarum – Military frontiers in Anglo-Saxon England and Continental Saxony, IXth and Xth Centuries.

ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de¹

Resumo: A fronteira como categoria de análise para o medievo surgiu na década de 1920, a partir dos estudos acerca da expansão a Oeste encetada nos EUA durante o século XIX. Já a aplicação do assim chamado Paradigma Estratégico Vegeciano, emergiu na década de 1980. A fusão entre elementos destas duas escolas de pensamento nos permitiram realizar uma análise comparativa entre as fronteiras militares estabelecidas entre os Anglo-saxões e Escandinavos na Inglaterra e as estabelecidas pelos Saxônios e Bávaros, contrapondo-se a Eslavos e Magiares entre os séculos IX e X.

Palavras-chave: Inglaterra Anglo-saxônica; Saxônia Continental; Fronteiras militares; Estratégia Vegeciana; História Militar Medieval.

Abstract: The frontier as an analytical category to the Middle Ages emerged in the 1920s, from studies on the United States western expansion during the nineteenth century. On the other hand, the application of the so-called Vegetian Strategic Paradigm emerged in

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História Antiga e Medieval na UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros (MG). É membro do Brathair – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. E-mail: viniciusdreger@hotmail.com

the 1980s. The merger between elements of these two schools of thought have enabled us to perform a comparative analysis between the military borders established between Anglo-Saxons and Scandinavians in England and the frontiers established by Saxons and Bavarians, as counterpoint to the Slavs and Magyars between IXth and Xth centuries.

Keywords: Anglo-saxon England; Continental Saxony; Military Frontiers; Vegetian Strategy; Medieval Military History.

O Conceito:

Publicações relativamente recentes, como as coletâneas *Medieval Frontiers: Concepts and Practices* (Ashgate, 2002) organizada por David Abulafia & Nora Berend e *Borders, Barriers, and Ethnogenesis - Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages* (Brepols, 2005), dirigida por Florin Curta, nos mostram que o interesse na questão das fronteiras no medievo continua presente e gerando debates muito interessantes e polêmicos em relação à adequação do conceito ao período.

A ideia de “fronteiras lineares” como realidade político-espacial bem definida, conforme conhecemos, nasceu do processo histórico de formação dos Estados Nacionais. Embora o termo tenha surgido pela primeira vez em Castela no século XIII (*frontera*), as interpretações que os medievais teriam para o conceito ainda estão em aberto, sendo um campo de debates de grandes proporções entre os medievalistas devido às diversas concepções que podem ser associadas ao termo. Debateremos aqui algumas das questões teóricas acerca da validade da “fronteira” como categoria analítica e discutiremos suas aplicações no estudo de questões militares na Germânia Imperial e em Wessex nos séculos IX e X.

Em primeiro lugar, devemos recordar que a origem do debate acerca do papel da fronteira se encontra na historiografia norte-americana, especificamente na questão da expansão para Oeste, no artigo “The Significance of the Frontier in American History” de Frederick Jackson Turner, originalmente publicado em 1893 e posteriormente incorporado como capítulo inicial em seu livro *The Frontier in American History*, de 1920.

É interessante notarmos que, para Turner, a Teoria de Fronteira retrataria uma característica única da história dos Estados Unidos: o movimento para a ocupação de “terras livres”, no qual ocorria o *encontro entre selvageria e civilização* – onde os pioneiros compartilhavam de seus costumes e onde o desenvolvimento social recomeçava do zero, em um vasto experimento social que incentivava a criação de instituições essencialmente democráticas e estaria para sempre fechada, já que seria impossível reproduzir suas circunstâncias originais.

Os pressupostos turnerianos influenciaram o pensamento sobre outras sociedades já em fins do século XIX. Por exemplo, Friedrich Ratzel em seu *Politische Geographie* (1897), combinou a abordagem de Turner com Darwinismo social e concluiu que os estados mais avançados possuíam a necessidade de expandirem-se territorialmente para garantir sua sobrevivência. Walter Prescott Webb, em sua obra *The Great Frontier* (1951), propôs que a noção de fronteira deveria ser empregada como um conceito explanatório não apenas para a história dos Estados Unidos, mas para toda a História da Civilização Ocidental após 1500 (WEBB, 1951, p. 2).

Webb entendia a vida na fronteira como a luta entre o homem e a natureza e a fronteira como uma “área de entrada convidativa” que providenciava “uma vasta quantidade de riquezas sem proprietários” e que causou um ciclo de crescimento que teria durado nada menos do que quatro séculos, criando assim as condições para a emergência do indivíduo por intermédio da descontinuidade das instituições medievais e pelo surgimento de novas instituições (WEBB, 1951, p. 13). Para ele, a influência da fronteira perpassava pela cultura moderna, afetando ciências, leis, governos, economias, literatura, artes e a história.

Nenhum aspecto da tese original de Turner sobreviveu a uma análise mais apurada²; sendo que na verdade, concluiu-se que nenhuma de suas ideias possuía embasamento efetivo (BEREND, 1999, p. 56), por exemplo:

- a) Ele ignorou solenemente os aspectos negativos da expansão, como exploração ambiental e extermínio das populações nativas (lembrem-se, “terras livres”);
- b) A vida na fronteira reproduzia as estruturas sociais básicas do Leste norte-americano, incluindo a hierarquia social e as disputas de poder. A sociedade continuava dividida em linhas raciais e classistas ao invés da imagem romântica de democracia e autoconfiança do pioneiro conquistador da natureza projetada por Turner;
- c) Não havia a existência de um “Oeste” unificado (basta compararmos o Texas ao Oregon ou à Califórnia); ele estava dividido por diferenças regionais como qualquer outra área. O Oeste foi um produto e não uma causa da sociedade estadunidense.

Com este processo de crítica houve uma busca pela ressignificação do conceito que frutificou com a transformação da fronteira de *espaço selvagem a ser conquistado* (e que, por sua vez, alterava as vidas daqueles que ali se estabeleciam) em *zona de contato*, onde o intercâmbio de culturas ocorria constantemente.

Contudo, é notável que com um artigo em 1913, James Westfall Thompson tenha assinalado a importância da Teoria de Fronteira, em sua acepção original, para os estudos medievais. Mas foi definitivamente com seu desdobramento, o monumental *Feudal Germany*, de 1928, que a Teoria de Fronteira foi incorporada ao repertório teórico dos medievalistas. Esta obra, inteiramente baseada nas concepções turnerianas, especialmente em seus estudos sobre a expansão germânica a leste, o assim denominado *Drang nach Osten*, movimento comparado por Thompson ao ocorrido nos EUA para oeste; sendo este o tema predominante na organização do pensamento do autor, que

² Entre fins da década de 1980 e fins da década de 1990 houve um grande movimento de revisão das teorias de Turner com a publicação de grande quantidade de obras importantes, justamente dedicadas à refutação de seus pressupostos, das quais podemos destacar: LIMERICK, Patricia N. *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West*. New York: W. W. Norton & Company, 1987; LIMERICK, Patricia N.; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Eds.). *Trails: Toward a New Western History*. Lawrence: Kansas UP, 1991; WHITE, Richard. *It's Your Misfortune and None of My Own: A History of the American West*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991; CRONON, William, MILES, George; GITLIN, Jay (Eds.). *Under an Open Sky: Rethinking America's Western Past*, New York: W. W. Norton & Company, 1992; ETULAIN, Richard W. *Does the Frontier Experience Make America Exceptional?* Bedford: St. Martin's, 1999.

julga, a partir da ideia de que a fronteira gera instituições democráticas e economias dinâmicas, o atraso da Alemanha medieval e as instituições autoritárias da Alemanha nas primeiras décadas do século XX.

Na realidade, a tese de Turner e o trabalho de seus adaptadores acabaram por exercer, a partir de Thompson, uma influência maior nos estudos medievais do que mesmo em seu campo original, a história estadunidense; algo irônico, considerando que Turner havia desenvolvido originalmente seu conceito para demarcar a singularidade da história dos EUA como um rompimento com a história de continuidade com a Europa e, portanto, desligada da medievalidade.

Além dos estudos germânicos, houve uma enorme influência turneriana na historiografia anglófona da Península Ibérica³, até mesmo para as análises voltadas para as formas de ocupação espacial e organização produtiva dos mosteiros cistercienses na Extremadura⁴, por exemplo.

A constituição das chamadas fronteiras agrícolas, nas quais os homens lutam contra a natureza, também serviu como categoria analítica para o estudo das expansões agrícolas na França, nos Países Baixos⁵ e mesmo Rússia⁶. Muitos medievalistas passaram a suplantam ou ao menos acrescentar, ao tema da luta entre o homem e o ambiente, dimensões culturais e religiosas em suas discussões sobre a “fronteira”. Na verdade, muitos passaram a focar na interação entre sociedades, ao invés de no embate entre sociedade e natureza.

Um ponto comum entre os autores que empregam esta abordagem da fronteira como espaço de interação entre sociedades é o da militarização da fronteira ou mesmo de toda sociedade, especialmente desde o influente artigo de Elena Lourie, “A Society Organized for War: Medieval Spain”. Ela argumenta que a militarização determinou o desenvolvimento da sociedade espanhola a partir de 711 até o estabelecimento das ordens militares e dos privilégios dados aos colonos na ideologia da Reconquista. Tudo giraria em torno da capacitação da sociedade para o enfrentamento de perigos militares.

Embora se trate de uma visão simplificadora, as apropriações de Lourie permitiram o surgimento de uma série de estudos que contemplaram problemas de relações militares fronteiriças na península Ibérica, entre Bizantinos e Árabes, guerras na Irlanda e em Gales, por exemplo.

Contudo, a função militar das zonas fronteiriças não implica que a dinâmica no interior de toda a sociedade tenha sido determinada, no todo ou em parte, pelas guerras e sua preparação, ou que a guerra em si tenha causado a emergência de “sociedades de fronteira”. De fato, a guerra e a militarização permearam a sociedade medieval em geral.

³ MCCRANK, Lawrence J. “The Cistercians of Poblet as Medieval Frontiersmen: An Historiographic Essay and Case Study”. In: CARLÉ, Maria de Carmen; GRASSOTTI, Hilda; ORDUNA, Germán (Eds.). *Estudios en Homenaje a don Claudio Sanchez Albornoz en sus 90 años*, Buenos Aires, v. 2, p. 313-60, 1983. SULLIVAN, Richard E. The Medieval Monk as Frontiersman. In: SULLIVAN, Richard E. *Christian Missionary Activity in the Early Middle Ages*. Aldershot: Ashgate, 1994, p. 25-49.

⁴ BISHKO, Charles Julian. The Castilian as Plainsman: The Medieval Ranching Frontier in La Mancha and Extremadura. In: LEWIS, Archibald R.; MCGANN, Thomas F. (Eds.). *The New World Looks at its History*, Austin, 1963, p. 47-69.

⁵ TE BRAKE, William H. *Medieval Frontier: Culture and Economy in Rijnland*, Houston, 1985.

⁶ WIECZYNSKI, Joseph L. *The Russian Frontier: The Impact of Borderlands upon the Course of Early Russian History*. Charlottesville, 1976.

Enquanto a militarização permanece como uma característica importante nas discussões acerca da vida fronteiriça medieval, a ideia de que as fronteiras pré-modernas eram definidas em termos militares e que as construções nestas áreas serviam a funções militares passou a ser criticada. De fato, as pesquisas centradas no valor prático dos vários sistemas defensivos sugerem que estes facilitavam o monitoramento e o controle e serviam para alertar a presença dos inimigos, não para detê-los⁷. Ou seja, se tratavam de sistemas defensivos em profundidade com caráter vegeciano, nos quais o combate aos inimigos era realizado quando da retirada destes, carregados de butim e desorganizados pela vitória, como veremos na Germânia e em Wessex.

Muitos medievalistas⁸ passaram a enfatizar que a militarização e a guerra foram apenas parte das interações fronteiriças; mecanismos de arbitragem, negociação, comércio e outras relações pacíficas igualmente caracterizam a vida fronteiriça. Frequentemente, a dinâmica dúplice de interações pacíficas e belicosas foi interpretada como sendo criadora de certo tipo de modo de vida nas zonas fronteiriças que seria diferente daquele das áreas centrais, embora isso ainda esteja indefinido e em debate.

Dentre outros tópicos em discussão, estão as questões de instituições sociais mais fluidas (como maior liberdade, sentimentos de autoconfiança, natureza fragmentada da sociedade e lealdades múltiplas, por exemplo) e interações religiosas (como processos de aculturação e sincretismos). Um entendimento comum daí, advindo sobre as fronteiras na Idade Média, é que elas não eram linhas, mas zonas e regiões.

Entretanto, o conceito de fronteiras lineares existia na Europa medieval, já que estavam presentes linhas e marcos demarcatórios para unidades menores, como as propriedades; em princípio, a mesma ideia podia ser aplicada às fronteiras estatais. Contudo, como anteriormente mencionado, as fronteiras lineares são parte do processo de surgimento dos estados modernos.

Os significados de “fronteira” mudaram constantemente e, conseqüentemente, “sociedade fronteiriça” é um conceito elusivo, com muitas interpretações, que estão muitas vezes implícitas. A utilização do termo “sociedade fronteiriça” pode igualmente significar uma sociedade que tinha uma região de fronteira com outra sociedade ou cultura. Também pode ser empregada com o significado de “sociedade de conquista”, na qual uma elite conquistadora governa uma população subjugada. Finalmente, o conceito pode ser usado para denotar interações culturais em um sentido mais geral, não apenas nas fimbrias da sociedade.

O conceito só pode ser útil ao ser empregado em relação ao medievo, se separarmos e definirmos os vários significados de “fronteira”. Fronteiras podem ser pacíficas ou altamente militarizadas, estáveis ou móveis, fronteiras de expansão ou comerciais, de exclusão ou de inclusão e daí por diante.

⁷ Por exemplo: LATTIMORE, Owen. *Studies in Frontier History*. Oxford: Oxford UP, 1962, 108-10, 113-16, 257; JIMÉNEZ, Manuel González. “Frontier and Settlement in the Kingdom of Castile (1085–1350)”, In: BARTLETT, Robert; MACKAY, Angus (Eds.). *Medieval Frontier Societies*, Oxford: Oxford UP, 1992, p. 49-74; HALDON, J. F. & KENNEDY, Hugh. The Arab-Byzantine Frontier in the Eighth and Ninth Centuries: Military Organisation and Society in the Borderlands. *Recueil des travaux de l’Institut d’Études Byzantines*, v. 19, 1980, p. 79-116; OIKONOMIDES, N. “L’organisation de la frontière orientale de Byzance aux Xe -Xle siècles et le Taktikon de l’Escorial”. In: *Actes du XIVe Congrès International des Études Byzantines*, Bucharest, 1974, v. 1, p. 202-85, 300.

⁸ Como pode ser visto nos ensaios presentes em POHL, Walter; WOOD, Ian; REIMITZ, Helmut (Eds.). *The Transformation of Frontiers – From Late Antiquity to the Carolingians*. Leiden: BRILL, 2001.

Como um construto historiográfico, o termo pode ser útil como um “atalho”, uma vez que cuidadosamente analisado e definido. Assim, descobrir as realidades locais no interior das sociedades fronteiriças da Cristandade é importante caso queiramos compreendê-las.

O Paradigma Estratégico Vegeciano

A instauração de fronteiras militares nos séculos IX e X da forma como foram implementadas, como sistemas defensivos, não aconteceu sem um embasamento teórico. Este teria se dado por intermédio da obra de Flávio Vegécio Renato, que produziu em fins do século IV um breve tratado da arte da guerra, denominado *Epitoma rei Militaris* (Compêndio da Arte Militar), popularmente conhecido como *De Re Militari*. Ele estipulou nesta obra quais deveriam ser as boas práticas a ser estimuladas no exército romano. O primeiro livro trata da seleção dos recrutas e sua instrução no uso das armas (segundo MONTEIRO; BRAGA, 2011, p. 99; neste ponto Vegécio foi influenciado pelas concepções militares da República Romana); o segundo livro considera a organização e o adestramento para o combate; o terceiro expõe seus estratagemas táticos e logísticos e, de fato, o seu pensamento estratégico. O quarto lida com técnicas e máquinas de assédio e, finalmente, o quinto trata dos princípios da guerra naval.

Concentraremos-nos no terceiro livro do *De Re Militari*, onde se concentra o cerne do que veio a ser conhecido como Paradigma Estratégico Vegeciano, que poderia ser definido como uma combinação da negação de suprimentos ao inimigo com a elaboração de um sistema defensivo em profundidade, no qual o incursor não possa tomar os postos fortificados, que serviriam para armazenar os suprimentos locais e abrigar tropas que seriam acionadas quando do retorno dos incursores, atacados enquanto carregados de butim, mas, ao mesmo tempo, enfraquecidos pela negação de suprimentos.

Convém decidir sobre a conveniência de apressar ou adiar o combate. Não raro, o inimigo anseia para que a expedição termine logo porque, caso se arraste, a carestia o esmagará ou será chamado a seu próprio país pelo desejo de seus soldados, ou então, nada tendo obtido de importante, se verá constrangido a ir embora por desespero. Nessas circunstâncias muitos, premidos pela fadiga e pelo tédio, acabam desertando, traindo ou entregando-se, pois a fé é mais rara na adversidade e quando o rico começa a empobrecer.

Portanto, o comandante cauteloso, como o chefe experiente, morigerado e equilibrado, que se fosse chamado a julgar entre as partes num processo ordinário, com grande sabedoria avalie seu exército e o do inimigo, e, reconhecendo-se superior nos mais diversos aspectos, não deixe passar a ocasião que se lhe ofereça para combater. Ao contrário, se sabe que o inimigo é mais forte, não aceite a luta em campo aberto, pois, quando guiados por comandantes conspícuos, os inferiores em número e forças frequentemente obtêm a vitória por meio de ataques e armadilhas de surpresa (Vegécio, 1995, III, p. 93).

Podemos depreender que os padrões do Paradigma Estratégico Vegeciano estão enraizados nas limitações impostas aos comandantes militares tardo-antigos e medievais pelos recursos materiais, tecnologia de transporte e fatores geográficos, ou seja, considerações essencialmente logísticas, voltadas para suprimentos e o controle

das vias de transporte (antigas estradas romanas e rios, por exemplo).

Assim, as campanhas ofensivas devem buscar suprir-se através de ações de forrageamento e pilhagem no interior do território inimigo, atividades que não apenas supririam suas próprias forças, mas negariam ao oponente os seus próprios recursos e a possibilidade de movimentação em seu próprio território. Caso realizada de forma suficientemente ampla e constante, a devastação (incursões devotadas à pilhagem dos camponeses) solaparia diretamente a capacidade econômica do inimigo de sustentar uma resistência continuada e ameaçaria a coerência política do território invadido ao expor a inabilidade de seus líderes para proteger suas partes constituintes, ou seja, campanhas ofensivas logísticas.

Em termos defensivos, as respostas de Vegécio podem ser indiretas ou diretas. Indiretamente, uma alternativa seria lançar seu próprio ataque ao território dos incursores, esperando atraí-los para recuar e defender suas próprias terras. Respostas diretas incluíam acompanhar a força invasora com proximidade bastante para prevenir as atividades de forrageamento: com poucos suprimentos e frustrados pela falta de butim advindo de pilhagens, os invasores, esperava-se, recuariam.

Contudo, em última instância, a estratégia Vegeciana assumia a centralidade do papel das fortificações na defesa do território. Mesmo que os invasores pilhassem seu caminho através de parte das terras invadidas, se os defensores mantivessem o controle sobre suas fortificações, manteriam o controle sobre suas terras e população, podendo prosseguir com a guerra, contra-atacando durante a delicada operação de retirada do território invadido.

Segundo Vegécio (1995, III, p. 120): “Mais vale abater o inimigo pela fome, com assaltos imprevistos ou com o terror do que em batalha, onde a fortuna sói prevalecer sobre a coragem”. Ao contrário do que autores clássicos como Charles Oman, Hans Delbrück e J.F. Verbruggen acreditavam (na centralidade da batalha como a experiência militar medieval por excelência), as análises mais recentes⁹ enquadram as batalhas como acontecimentos raros e arriscados, como a citação acima explícita.

Por outro lado, enquanto uma bem-conduzida defesa Vegeciana poderia oferecer uma considerável probabilidade de vitória na guerra, era certo que esta seria onerosa (como ficará claro na análise dos *buhrs* anglo-saxônicos). Executar a estratégia Vegeciana era caro em vários sentidos. Ela requeria que o defensor abrisse mão de muito território – as terras fora dos muros dos castelos e cidades – para a devastação conduzida pelo inimigo, já que sem conceder batalha, só se pode limitar, mas não impedir as destruições causadas pelas cavalgadas inimigas. De fato, a plena implementação de uma estratégia defensiva Vegeciana envolvia a aceitação de uma ação de “terra arrasada”.

As possibilidades do emprego das ideias contidas na obra de Vegécio são bem sólidas. Seu texto foi um dos mais copiados durante o medievo; segundo Christopher Allmand (2011, p. IX), cerca de 200 cópias manuscritas em Latim e de uma centena de traduções vernáculas sobreviveram à Idade Média, além de ser um dos mais citados nos “espelhos de príncipes”. Ao que tudo indica, o texto Vegeciano era conhecido nas Ilhas

⁹ O debate centrado no papel da batalha na estratégia vegeciana é intenso e a argumentação de seus defensores e detratores revela grande riqueza de detalhes, a respeito dos quais recomendamos a leitura do debate teórico-metodológico desenvolvido nos artigos de Clifford Rogers (“The Vegetian “Science of Warfare” in the Middle Ages”, p. 01-19.) e Stephen Morillo (“Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetian Strategy”, p. 21-42) no volume I do *The Journal of Medieval Military History*, volume 1 (2002).

Britânicas desde o Venerável Beda e na Germânia imperial desde a síntese composta por Rábano Mauro na primeira metade do século IX¹⁰.

Uma das cópias do texto Vegetiano de Rábano Mauro se encontra no *Codex Perizoni*, um manuscrito hoje preservado em Leiden, que contém o primeiro livro dos Macabeus, o livro terceiro do *De Re Militari* e excertos do *Stratagemata* de Frontino, compondo assim um verdadeiro manual de técnica militar do século X (figura 1).

Figura 1: Combate em vau de rio, possivelmente inspirado na Batalha de Ries (13/05/841), na qual as forças de Luís o Germânico atacaram e venceram as tropas de Adalbert de Metz (preposto de Lothar) no vau do rio Wörnitz, que dividiu as forças deste último.



Fonte: *I Macabeus, Codex Perizoni, F 17, fol. 22r, Biblioteca da Universidade de Leiden*

Passaremos agora a uma breve análise de dois casos, Wessex e a Saxônia, entre os séculos IX e X. Selecionamos estas duas regiões pelas grandes semelhanças que apresentavam no período e não apenas pelas ligações étnicas de seus habitantes, como bem percebeu Karl Leyser (1994, p. 73, tradução nossa):

A Inglaterra anglo-saxônica apresentava entre os séculos IX e X, mais similaridades com o Reich do que em qualquer outro período de suas respectivas

¹⁰ ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de. Frederico I Barbarossa contra Milão (1158-1162): uma campanha vegeciana? *Politéia: História e Sociedade*, v.13, n. 2, 2013, p.158.

histórias. Cada um dos reinos possuía uma região predominante que fornecia os monarcas – Wessex e Saxônia, respectivamente. Eram governados por dinastias régias que produziram monarcas expansionistas e bem-sucedidos, assim como outros, a exemplo de Æthelred e Otto III, cujos graus de relativo sucesso ou fracasso dependem do ponto de vista da posteridade.

Partindo deste princípio, podemos aprofundar a comparação às estruturas militares de ambas as regiões que, para se defenderem adequadamente de ameaças externas, recorreram às reformas militares, ao emprego de sistemas defensivos de larga escala e à constituição de fronteiras militares.

Ademais, é interessante mencionarmos o papel tático da Paz para o funcionamento de sistemas defensivos de caráter Vegetiano. Mesmo em um ambiente caracterizado por conflitos endêmicos, como o medieval, existiram condições nas quais as negociações de paz poderiam ocorrer demonstrando que o conceito de Paz se encontrava arraigado como uma opção política viável (LAVELLE, 2011, p. 318).

Devemos, contudo, salientar que, em muitos casos, a aceitação dessa “paz” não se tratava de um fim em si, mas, principalmente, de uma estratégia para a obtenção de outros fins, como meio temporário de recuperação de forças em meio a uma campanha militar ou mesmo como ponte para a criação de alianças políticas, por exemplo. Estas características podem ser encontradas, como veremos a seguir, nos acordos entre o rei Alfred e Guthrum na Inglaterra e nos acordos travados entre Henrique I e os líderes magiares.

Seguindo a máxima Vegetiana, *Si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra), estes acordos serviram para garantir tempo a seus signatários. Tempo para a elaboração de sistemas defensivos que podem ser caracterizados como fronteiras militares e sistemas defensivos em profundidade. Assim, podemos constatar que a formação destas fronteiras militares derivou diretamente de acordos “de paz”.

Fronteiras Militares:

Wessex

O reino de Wessex, ou dos “Saxões do Oeste”, deve este nome ao fato de que foi fundado por Saxões (aleadamente da linhagem de Cerdic, um dos líderes da conquista anglo-saxônica da Britânia entre os séculos IV e VI), em contraposição a outro reino saxônico na ilha, o de Essex, ou dos “Saxões do Leste”. Esta denominação não se relaciona com as origens dos ditos Saxões na Germânia continental, mas sim ao posicionamento dos reinos na Inglaterra meridional.

O rei Alfred de Wessex (871-899) acabou por combater pela sobrevivência de seu reino e, por que não dizê-lo, pela sobrevivência da própria Inglaterra Anglo-Saxônica frente à tentativa de conquista escandinava. Entre 886 e 890, Alfred, preso em um impasse com as forças do líder escandinavo Guthrum (afinal, nenhum dos dois possuía forças suficientes para conquistar os domínios do outro), acabou por criar um *modus vivendi* com seu inimigo, por meio do estabelecimento de uma fronteira que, grosso modo, dividia o território britânico entre os dois potentados, sendo que Alfred mantinha

Wessex e parte de Mércia, enquanto Guthrum legitimava seu domínio sobre East Anglia.

O texto do tratado nos fornece as principais características do funcionamento desta fronteira. Ei-lo (KEYNES; LAPIDGE, 2004, p. 166, tradução nossa)¹¹:

Esta é a Paz (*fri*) que o Rei Alfred e o Rei Guthrum e o *Witan* de toda a raça inglesa (*Angelcynn*) e todo o povo que está em East Anglia declararam e confirmaram com juramentos, por si mesmos e por seus súditos, tanto nascidos quanto não nascidos, e que valorizam a misericórdia de Deus e a Nossa.

Primeiro sobre nossas fronteiras (*landgemæra*): acima do Tâmsa até o Lea, e ao longo do Lea até a sua nascente, então direto até Bedford; então acima do Ouse até Watling Street.¹²

Se um homem for morto, estimaremos igualmente o valor de Ingleses e Dinamarqueses em oito meio-marcos de ouro puro¹³, exceto para o *ceorl*¹⁴ que ocupe terras tributadas (*gafol-land*) e os homens livres dos Dinamarqueses (*liesengum*); estes também serão estimados igualmente, ambos em 200 shillings.

Se um *thegn* do rei for acusado de homicídio culposo, para livrar-se da acusação, o fará com o juramento de outros doze *thegns* do rei; se o acusado for menos poderoso que um *thegn*¹⁵ do rei, ele se eximirá com o juramento de doze de seus pares e de um *thegn* do rei e o mesmo se dará em todos os casos que envolverem mais do que quatro *mancuses*. Se o acusado não conseguir a absolvição, pagará uma compensação três vezes maior, de acordo com seu valor.

Que cada homem tenha seu fiador para a compra de homens, cavalos ou bois.

¹¹ This is the peace which King Alfred and King Guthrum and the councillors of all the English race and all the people who are in East Anglia have all agreed on and confirmed with oaths, for themselves and for their subjects, both for the living and for the unborn, who care to have God's favour or ours.

§ 1. First concerning our boundaries: up the Thames, and then up the Lea, and along the Lea to its source, then in a straight line to Bedford, then up the Ouse to Watling Street.

§ 2. Next, if a man is slain, all of us estimate Englishman and Dane at the same amount, at eight half-marks of pure gold; except the *ceorl* who occupies rented land and their freedmen – these also are estimated at the same amount, both at 200 shillings.

§ 3. And if anyone accuses a king's thegn of manslaughter, if he dares to clear himself he is to do it with twelve king's thegns. If anyone accuses a man who is of lesser degree than a king's thegn, he is to clear himself with eleven of his equals and with one king's thegn. And so in every suit which involves more than four mancuses; and if he dare not clear himself, he is to pay for it with threefold compensation, according to its valuation.

§ 4. And that each man is to know his warrantor for men and for horses and for oxen.

§ 5. And we all agreed on the day when the oaths were sworn that no slaves or freemen might go over to the army without permission, any more than any of theirs to us. If, however, it happens that from necessity any one of them wishes to have traffic with us – or we with them – for cattle and for goods, it is to be permitted on this condition that hostages shall be given as a pledge of peace and as evidence whereby it is known that no fraud is intended.

¹² Watling Street foi o nome dado a uma importante estrada romana cujo traçado ainda hoje é utilizado na rodovia A5 (KEYNES; LAPIDGE, 2004, p. 327).

¹³ Segundo Keynes & Lapidge (2004, p. 327) este valor em ouro equivalia a 1280 shillings em prata. Isso implica que os Anglo-saxões e Escandinavos em questão pertencessem às camadas sociais superiores, já que o valor do *wergild* em Wessex equivalia a 1200 shillings.

¹⁴ *Ceorl* é o camponês livre que, neste caso, arrenda as terras que cultiva. Ao valorizar monetariamente a vida de seus camponeses livres, “pode-se imaginar que a intenção subjacente a este *wergild* fosse a de causar o desencorajamento de incursões e escaramuças nas terras fronteiriças” (KEYNES; LAPIDGE, 2004, p. 328), fortalecendo a manutenção do acordo.

¹⁵ *Thegn* pode ser definido como um servidor do rei (ou de outros grandes nobres como os *Ealdormen*), estando em um estrato social intermediário entre a alta nobreza e os *ceorls*.

Declaramos no dia em que os juramentos foram feitos, que nem escravos, nem homens livres poderão se juntar ao *here* sem permissão, tanto dos nossos quanto dos deles. Contudo, se acontecer por necessidade que qualquer um deles desejar comerciar conosco, ou um de nós com eles – com gado ou bens – será permitido, com a condição de que reféns sejam dados como oferta de paz e como evidência de que seja a todos conhecido para que não se tencione nenhuma fraude.¹⁶

Este tratado permitiu que seus governantes pudessem controlar as frequentes *vendetas* e represálias ao estabelecer os valores dos homens em “dinheiro de sangue”, de acordo com o *status* de cada um, o *wergild*, nas cláusulas dois e três do acordo. Podemos compreender a concepção de guerra aqui subjacente como o resultado da escalada de conflitos interfamiliares alimentados justamente por represálias motivadas pela vingança. Ao estabelecerem o *wergild* e o inquérito como os principais meios de resolução para os homicídios, Alfred e Guthrum criaram um mecanismo que rompia com o círculo vicioso da violência endêmica.

Entretanto, não se tratava de um acordo destinado a durar mais do que o suficiente para a reorganização das forças de ambos, sendo mais uma trégua do que uma paz propriamente dita como fica claro com a sistematização de um aparato defensivo em profundidade, conhecido como *Burghal Hidage*¹⁷, constituído por volta de trinta cidades fortificadas (de dimensões variadas com planejamento urbano e funções econômicas que superavam sua função meramente bélica), interligadas pela antiga rede de estradas romanas (sendo que os deslocamentos entre cada cidade levariam, no máximo, dois dias) e a divisão (através de rotatividade) do potencial militar do reino em duas metades: uma em um exército móvel (abastecido pelos *burhs*) e a outra em uma força encarregada tanto da guarda dos campos, quanto do reforço ao, naquele momento, contingente principal. Segundo Richard Abels (1998, p. 196), este “sistema militar coerente, [...] roubou dos vikings suas maiores vantagens estratégicas, a surpresa e a mobilidade”.

O *Burghal Hidage* foi registrado em um documento (possivelmente escrito entre 910 e 919) no qual está explicitada a listagem dos *burhs*, as quantidades de parcelas de terras (*hides*) destinadas a fornecer homens para a guarnição dos *burhs* e o mecanismo de funcionamento da relação terras x homens, como podemos ver a seguir (KEYNES; LAPIDGE, 2004, p. 193, tradução nossa)¹⁸:

¹⁶ De acordo com KEYNES & LAPIDGE (2004, p. 328), o termo *here* (exército) é aqui empregado no sentido mais amplo de população. O propósito desta cláusula era simples: garantir que os súditos de ambos os lados não visitassem ou se assentassem nos domínios dos outros sem a devida permissão, reduzindo assim o risco de choques entre as duas populações. A sentença seguinte demonstra que os dois grupos tencionavam restringir este tráfego aos propósitos comerciais, contanto que cuidadosamente controlado; o perigo (do ponto de vista de Alfred) era o de que, presumivelmente, haveriam incursões vikings que tentariam se passar por comerciantes, por isso a necessidade de reféns.

¹⁷ O estudo da paisagem militar na Inglaterra Anglo-saxônica, especificamente no reino de Wessex durante o período da primeira vaga de incursões escandinavas (793-900), com foco no sistema de fortificações do *Burghal Hidage*, foi o objetivo de um grande projeto arqueológico financiado pelo Leverhulme Trust entre 2005 e 2009, capitaneado por John Baker e Stuart Brookes. Seus resultados foram publicados em 2013 nos volumes *Beyond the Burghal Hidage* (Leiden: Brill) e *Landscapes of Defence in Early Medieval Europe* (Turnhout: Brepols).

¹⁸ 324 hides belong to Eorpeburnan; to Hastings belong 500 hides; to Lewes belong 1,300 hides; to Burpham belong 720 hides; to Chichester belong 1,500 hides. Then 500 hides belong to Portchester; 150 hides belong to Southampton; to Winchester belong 2,400 hides; to Wilton belong 1,400 hides; to Chisbury belong 700 hides, and to Shaftesbury likewise; to Twynham belong 500 hides less 30 hides; to Wareham

324 *hides* pertencem a Eorperburnan; a Hastings pertencem 500 *hides*; a Lewes pertencem 1300 *hides*; a Burpham pertencem 720 *hides*; a Chichester pertencem 1500 *hides*. 500 *hides* pertencem a Portchester; 150 *hides* pertencem a Southampton; a Winchester pertencem 2400 *hides*; a Wilton pertencem 1400 *hides*; a Chisbury pertencem 700 *hides*, assim como a Shaftesbury. A Twynham pertencem 500 menos 30 *hides*; a Wareham pertencem 1600 *hides*; a Exeter pertencem 734 *hides*; a Harlwell pertencem 300 *hides*; a Lydford pertencem 150 menos 10 *hides*; a Pilton pertencem 400 menos 40 *hides*; a Watchet pertencem 513 *hides*; a Axbridge pertencem 400 *hides*; a Lyng pertencem 100 *hides*; a Langport pertencem 600 *hides*; a Bath pertencem 1000 *hides*; 1200 pertencem a Malmesbury; a Cricklade pertencem 1400 *hides*; 1500 *hides* para Oxford; a Wallingford pertencem 2400 *hides*; 1600 *hides* pertencem a Buckingham; a Sashes pertencem 1000 *hides*; 600 *hides* pertencem a Eashing; a Southwark pertencem 1800 *hides*.

Para a manutenção e a defesa da extensão de um acre de muro, são requeridos 16 *hides*; se cada *hide* é representado por um homem, então cada *pole* pode ser guarnecido por quatro homens. Então, para a manutenção de 20 *poles* de muralha, oitenta *hides* são requeridos; para um *furlong*, 160 *hides* são requeridos de acordo com o cômputo que realizamos acima. Para dois *furlongs*, 320 *hides*; para três *furlongs*, 480 *hides*. Para quatro *furlongs* são requeridos 640 *hides*; para a manutenção de um circuito com cinco *furlongs* de muros, são requeridos 800 *hides*; para seis *furlongs*, 960 *hides*; para sete *furlongs*, 1120 *hides*; para a manutenção de um circuito com oito *furlongs* de muros, 1280 *hides*; para nove *furlongs*, 1440 *hides*; para dez *furlongs*, 1600 *hides* são requeridos; para onze *furlongs*, 1760 *hides* são requeridos; para a manutenção de um circuito de doze *furlongs* de muros, 1920 *hides* são requeridos. Se o circuito for maior, o montante adicional pode ser facilmente estabelecido a partir deste relato, já que 160 homens são sempre requeridos para guarnecer um *furlong* e para que cada *pole* seja defendido por quatro homens.

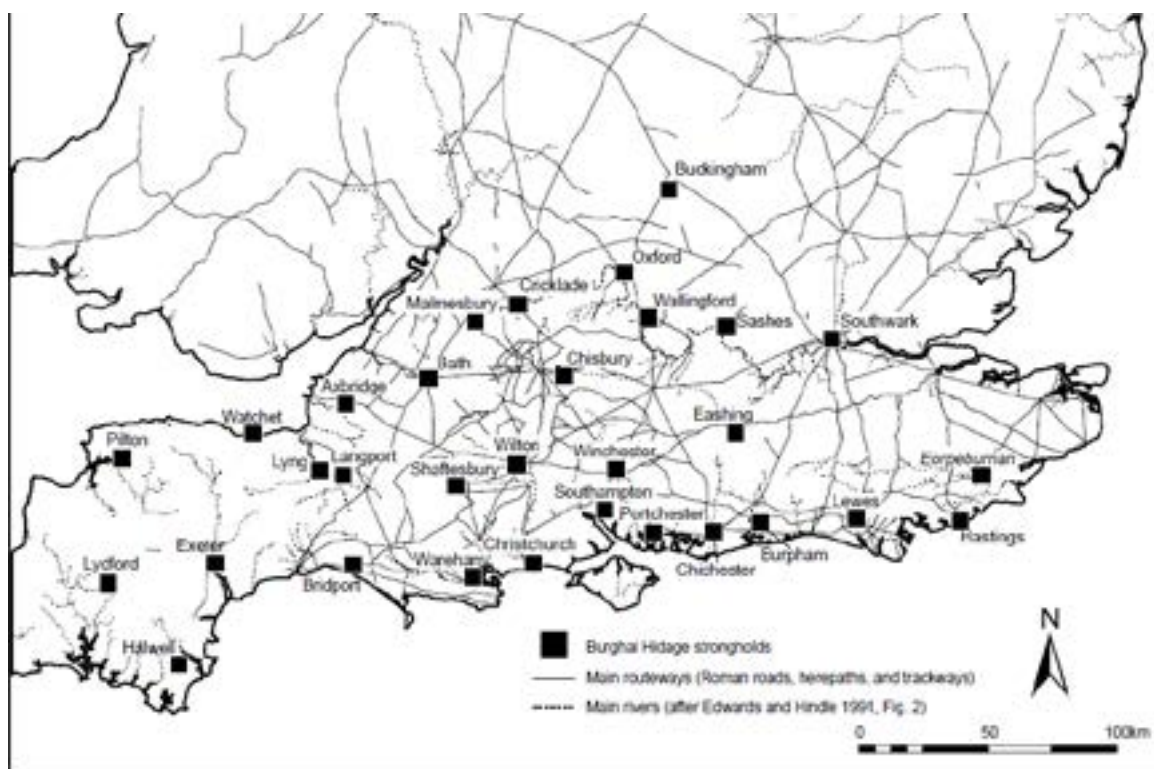
Embora seja um documento curto, possui vital importância posto que estabelece a localização dos *burhs*, a extensão das fortificações, o tamanho das guarnições e a quantidade de terras necessárias para fornecer os homens das guarnições.

belong 1,600 *hides*; to Bridport belong 800 *hides* less 40 *hides*; to Exeter belong 734 *hides*; to Harlwell belong 300 *hides*; to Lydford belong 150 *hides* less 10 *hides*; to Pilton belong 400 *hides* less 40 *hides*; to Watchet belong 513 *hides*; to Axbridge belong 400 *hides*; to Lyng belong 100 *hides*; to Langport belong 600 *hides*; to Bath belong 1,000 *hides*; 1,200 *hides* belong to Malmesbury; to Cricklade belong 1,400 *hides*; 1,500 *hides* to Oxford; to Wallingford belong 2,400 *hides*; 1,600 *hides* belong to Buckingham; to Sashes belong 1,000 *hides*; 600 *hides* belong to Eashing; to Southwark belong 1,800 *hides*.

For the maintenance and defence of an acre's breadth of wall, sixteen *hides* are required: if every *hide* is represented by one man, then every *pole* can be manned by four men. And so for the maintenance of twenty *poles* of wall, eighty *hides* are required; and for a *furlong*, 160 *hides* are required, according to the same reckoning as I set out above. For two *furlongs*, 320 *hides* are required; for three *furlongs*, 480 *hides*. Then for four *furlongs*, 640 *hides* are required; for the maintenance of a circuit of five *furlongs* of wall, 800 *hides* are required; for six *furlongs*, 960 *hides* are required; for seven *furlongs*, 1,120 *hides*; for the maintenance of a circuit of eight *furlongs* of wall, 1,280 *hides*; for nine *furlongs*, 1,440 *hides*; for ten *furlongs*, 1,600 *hides* are required; for eleven *furlongs*, 1,760 *hides* are required; for the maintenance of a circuit of twelve *furlongs* of wall, 1,920 *hides* are required. If the circuit is greater, the additional amount can easily be established from this account, for 160 men are always required for one *furlong* so that every *pole* is manned by four men.

Em termos materiais, estas fortificações foram construídas com materiais como paliçadas de madeira e terraplanagens (nas quais a terra era acumulada e batida para formar o grosso da fortificação), assim como muros de pedra onde possível (normalmente em localidades previamente fortificadas pelos romanos, como Winchester, Exeter, Bath, Portchester e Chichester).

Figura 2 - Mapa da disposição das cidades fortificadas do Burghal Hidage na rede de estradas do reino de Wessex



Fonte: BAKER; BROOKS, 2013, p. 7.

Os *buhrs* foram planejados para cobrir áreas consideravelmente grandes, muitas vezes com plano retangular, embora isso variasse de acordo com a geografia. As dimensões das áreas fortificadas iam de, aproximadamente, 2000 x 1750 pés (cerca de 609,6 m x 533,4 m) em Winchester ao diâmetro aproximado de 425 pés (129,5 m) em Halwell, Lydford, Eorpeburnam e Lyng.

Devemos notar que, embora possivelmente o início de tal sistema tenha ocorrido durante o reinado de Alfred, sua institucionalização foi obra do reinado de seu filho Edward (899-924) em Wessex e do domínio de sua filha Ethelflaed em Mércia e a consolidação de seu sucesso foi obra de seu neto Athelstan (924-939), filho de Edward e criado na corte merciana de Ethelflaed: Edward conquistou a East Anglia escandinava nos anos 910 e Athelstan unificou os domínios anglo-saxões e anglo-escandinavos em 937 após a conquista do reino de York.

Também é importante notarmos que, ainda que se tratasse de uma fronteira militar, ela se enquadrava na categoria de zona fronteira, tanto por conter este sistema defensivo em profundidade (que não estava dedicado a impedir que eventuais incursões

entrassem em seu território, mas sim a impedir que saíssem sem a devida punição), quanto por possuir uma inerente “porosidade”, permitindo as trocas comerciais internas ao reino de Wessex e controlando as externas, rumo ao *Danelaw* anglo-escandinavo; na verdade, esta zona fronteiriça, pela pequena extensão geográfica de Wessex, abarcava a totalidade do reino.

Saxônia e o *Ostfrankreich* (o Reino Franco Oriental)

O reino germânico foi constituído, primordialmente, dos territórios dos Francos Ripuários (a dita Francônia), dos territórios fronteiriços não francos, anexados pelos Carolíngios no decorrer do século VIII: Alamânia, Bavária, Turíngia e Saxônia (sendo que o processo de incorporação desta última ocupou nada menos do que trinta anos), além das marcas fronteiriças eslava e dinamarquesa. Estas terras se tornaram parte de um novo organismo político oficializado com a divisão do império Carolíngio no Tratado de Verdun em 843, sob a égide de Luís o Germânico, mas efetivamente criado por intermédio de guerra civil e rebeliões, em territórios sem precedente histórico de unidade.

A solução desenvolvida durante o longo reinado de Luís (840-876) para consolidar esta unidade (ao menos governamental) foi adotar um estilo de monarquia triunfal altamente belicista (a princípio emulando e depois superando mesmo o adotado por Carlos Magno). O cronista Regino de Prüm (2009, p. 174, tradução nossa) captou perfeitamente o *ethos* marcial e a ideologia triunfal na corte franca oriental em seu epitáfio para Luís¹⁹:

Ele era o mais vitorioso na guerra e mais devotado ao equipamento de batalha do que ao esplendor dos banquetes. Seus maiores tesouros eram os instrumentos de guerra e ele amava mais a resistência do ferro do que o brilho do ouro.

Este estilo de monarquia guerreira era particularmente adequado às condições históricas do desenvolvimento do Reino Franco Oriental, mas era efetivamente sustentado por campanhas militares periódicas contra as tribos eslavas vizinhas, em busca, principalmente, de butim. Eric Goldberg (um dos principais estudiosos acerca do reinado de Luís) chega mesmo a afirmar sobre este contexto (1999, p. 45, tradução nossa):

As marcas centro-europeias, estendidas do Báltico aos Balcãs, eram o “oeste selvagem” do século IX; a Fronteira, onde nobres ambiciosos apoiados por grupos de jovens guerreiros podiam provar sua *dignitas* através de feitos audaciosos em batalha e enriquecer-se com butim, tributos, escravos e terras.

A inspiração de Goldberg em Turner e Thompson fica evidente nesta formulação. Contudo, assim como houve evolução no conceito, também ocorreram mudanças importantes nas condições das relações entre os francos orientais e seus vizinhos.

¹⁹ He was most victorious in battles, and more devoted to the equipment of battle than the splendour of banquets; his greatest treasures were the instruments of war and he loved the hardness of iron more than the glitter of gold.

Em primeiro lugar, com a quebra definitiva da unidade do Império Carolíngio (brevemente restaurada sob Carlos o Gordo) em 888, as respostas às diversas incursões magiares, eslavas e escandinavas foram variadas e, isso é importante assinalar, regionalizadas.

As incursões escandinavas deixaram de ser ameaça séria ao reino germânico já em 891, após clamorosa vitória de Arnulf de Caríntia (887-899) sobre os incursores nórdicos na batalha do rio Dyle. Todavia, os grandes espaços fronteiriços entre os germânicos, os eslavos e os magiares, necessitavam de respostas diferentes da batalha campal.

Pelo que se pode depreender das crônicas, anais e da pouca legislação sobrevivente do reinado de Arnulf, sua autoridade efetiva, seu núcleo de poder, estava concentrado na Bavária²⁰, região com grandes espaços fronteiriços com os eslavos (Boêmios) e com os Magiares, sendo que os diversos vales e rios da região abriam rotas de avanço para incursões inimigas.

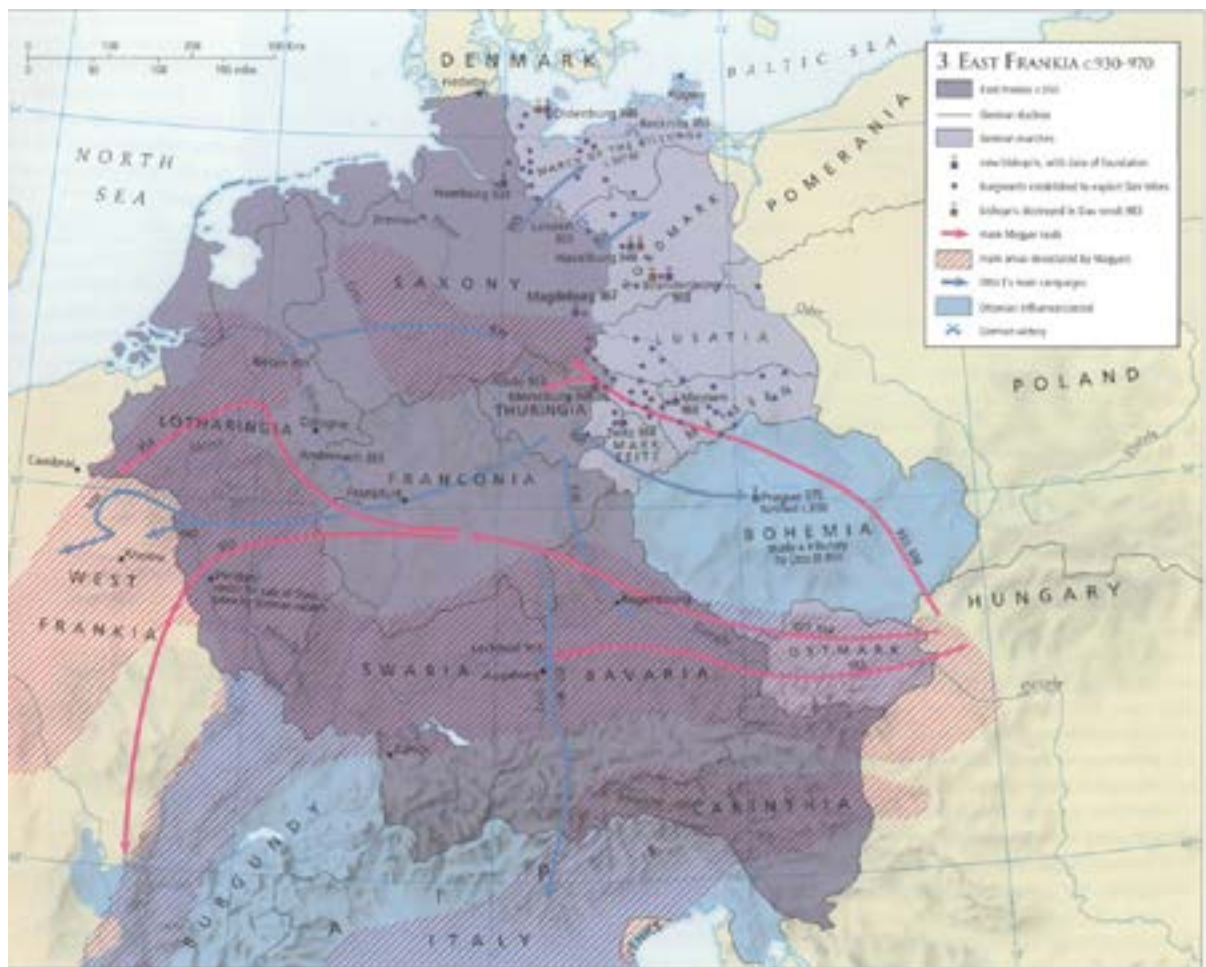
Os indícios apontam para a criação de um sistema regional de defesa em profundidade, que teria permitido a Arnulf punir exemplarmente as incursões eslavas e magiares em seu retorno, principalmente com o auxílio dos muitos cursos d'água que perpassam a região: os exércitos dificilmente mantinham sua coesão no momento de cruzar os rios, permitindo rápidos ataques que, dependendo de seu sucesso, podiam mesmo resultar no massacre da tropa invasora.

Segundo as análises de Charles Bowlus (2006) sobre a batalha de Lechfeld, travada na Bavária em 955 por Otto I (936-973), esta vitória esmagadora sobre os magiares teria sido obtida justamente pelo emprego da estrutura defensiva criada por Arnulf entre as décadas de 880 e 890, além de ampliada por providências de caráter Vegetiano de negação de suprimentos ao exército invasor e arrematada pelo hábil emprego dos cursos d'água que fragmentaram o exército húngaro em retirada.

Por outro lado, o território setentrional germânico, a Saxônia, possuía regiões muito mais planas, fato que facilitava as ações de incursão e dificultava o estabelecimento de defesas eficientes. Após a devastadora incursão magiar na Saxônia em 924, o monarca germânico, Henrique I (919-936), estabeleceu um acordo de paz com os húngaros, lastreado por tributos anuais, que lhe garantiram o tempo necessário para realizar uma reestruturação militar na Saxônia e a constituição de um sistema de fortificações em profundidade em sua fronteira militar.

²⁰ SCHARER, 2003, p. 311-312.

Figura 3: Mapa das rotas principais das incursões Magiares; notar o papel da Bavária como principal ponto de passagem dos ataques magiares



Fonte: (HOOPER & BENNET, 1996, p. 31).

O único registro documental explícito de medidas com este caráter se encontra no livro I das *Res Gestae Saxonicae* de Widukind de Corvey, com o estabelecimento do, assim chamado, *Burgenordnung* (BACHRACH; BACHRACH, 2014, p. 49, tradução nossa)²¹:

Durante os nove anos da paz entre o Rei Henrique e os Húngaros, ele demonstrou tamanho cuidado na proteção da pátria e na derrota de nações bárbaras, que está além da minha capacidade descrever seus feitos, embora estes não possam passar em silêncio. Primeiro ele selecionou um em cada

²¹ During the nine years of peace that King Henry had with the Hungarians, he demonstrated such care in protecting the fatherland and in defeating the barbarian nations that it is beyond my capacity to describe his achievements, although they should not be passed over in silence. First, he selected every ninth man from among the agrarii milites a 231 to live in fortifications. Each ninth man would build dwellings for the other eight, and would receive and store a third part of all of the grain. The other eight would sow and reap grain, and would gather up a ninth and would set this aside on their own properties. Henry desired that all law courts, assemblies, and festivals should be held in the fortifications. They were to train in these fortifications day and night so that they would learn in times of peace what to do when they faced the enemy. Aside from these strongholds, there were very few fortifications, and even these had poor walls.

nove homens dentre os *agrarii milites*²² para viver nas fortificações. Cada nono homem deveria construir alojamentos para os outros oito e deveria receber e armazenar a terça parte de todos os grãos. Os outros oito deveriam semear e colher os grãos e separar a nona parte destes e estocá-la em suas propriedades. Henrique desejou que todas as cortes de justiça, assembleias e festivais deveriam ser realizadas nas fortificações. Eles deveriam treinar dia e noite nestas fortificações para que aprendessem nos tempos de paz o que fazer quando estivessem frente ao inimigo. Além destas fortificações haviam poucas outras e mesmo estas possuíam fracas defesas.

Devemos aqui realizar um parêntese: o componente humano desta reestruturação das defesas, os *agrarii milites*, deveriam treinar para atuarem na defesa pontual de suas fortificações e atacarem os inimigos apenas como tropas auxiliares; durante a retirada destes, já que o núcleo duro das tropas régia e ducais no *Ostfrankreich* eram constituídas desde o início do século IX por unidades de guerreiros montados, como os ilustrados no Saltério de Stuttgart, a seguir.

Figura 4: Guerreiro montado Carolíngio com o tipo de equipamento pesado oriundo do século IX, c.820-830. Como, aparentemente, foi realizado durante o reinado de Luís o Pio (814-840), é possível que esta imagem remeta às campanhas carolíngias para a conquista da Saxônia (772-804), mostrando os vencidos a clamar pela misericórdia dos vencedores.



Fonte: Saltério de Stuttgart: Württembergische Landesbibliothek Stuttgart, Bibl. fol. 46.

Esta rede de redutos fortificados (*Burgen*) em um sistema defensivo em profundidade provou ser bem sucedida na campanha que levou à batalha de Riade (933), vitória esmagadora de Henrique sobre os húngaros no norte, na qual, mais uma vez,

²² A real significação deste termo é causa de enorme controvérsia entre os especialistas desde o século XIX. Contudo, adotamos aqui a posição de Bernard e David Bachrach, na qual “Widukind aqui estaria descrevendo os homens que tinham a obrigação de servir na hoste local para a defesa de suas regiões nativas”, BACHRACH; BACHRACH, 2014, p. 49, n. 231.

houve a habilidosa exploração dos rios como elementos essenciais para os defensores durante a retirada das tropas inimigas.

Tanto o sistema defensivo em profundidade bávaro quanto saxônio estabeleceram zonas fronteiriças fortificadas com seus vizinhos. Contudo, as fortificações presentes possuíam finalidade essencialmente militar e escala modesta, sendo que seu posicionamento não possuía preocupações logísticas maiores do que facilitar o abastecimento de suas tropas (e a negação de alimentos aos invasores).

É mister que notemos que, no caso do *Burgenordnung*, simplesmente não existe o mesmo nível de detalhamento documental que o *Burghal Hidage*. Além da menção na crônica de Widukind (que mesmo assim data de, ao menos, uma geração após os acontecimentos por ele relatados), só subsistiram do reinado de Henrique I quarenta e um diplomas régios legítimos, nos quais são mencionadas obras de fortificações em poucas localidades na Saxônia, na Lorena, na Francônia, na Suábia e na Bavária, normalmente nas cidades-sede episcopais. Embora esparsos, os indícios documentais indicam atividades relativas à construção e reparo de fortificações em todas as regiões constituintes do Reino Franco Oriental.

Figura 5: Mapa dos pontos fortificados no sistema defensivo em profundidade na Saxônia Otônida, segundo levantamentos arqueológicos.



Fonte: BACHRACH, 2012, p. 15

Walter Schlesinger (1961, p. 159-65) postulou que, ao invés de construir as defesas físicas do zero, Henrique I, na verdade, teria reorganizado a administração militar através da importação do modelo de defesas regionais à volta de fortificações centralmente localizadas (*Burgbannverfassung*) originalmente estabelecido nas regiões ocidentais da Germânia pelos Carolíngios, o assim chamado *Limes Saxoniae*, como defesa do Império Franco das incursões dos próprios Saxônios.

Esta fronteira se desenvolveu em fases distintas. Inicialmente existiam vastas

áreas florestais, pântanos e charnecas separando Bávaros, Turíngios e Saxônios das populações Eslavas a leste. Após a integração dos dois primeiros povos aos domínios Francos, entre as guerras para a conquista da Saxônia, começou a surgir na região uma organização fronteiriça semelhante às fronteiras romanas da Antiguidade Tardia.

Em 806, Carlos Magno ordenou pela primeira vez a construção de fortificações nas margens dos rios Elba e Saale (que precedem as fortificações apontadas na figura 5). Adam de Bremen afirmou que tal fronteira militar estaria descrita em um diploma de Carlos Magno que ele teria visto e assim reproduziu (ADAM OF BREMEN, 2002, p. 72-73, tradução nossa)²³:

Encontramos uma descrição da fronteira saxônia (*limes Saxonicus*) no outro lado do rio Elba, como ordenado por Carlos Magno e outros imperadores: das margens orientais do rio ela seguia o pequeno rio chamado Mescenreiza pelos Eslavos. Em seu curso superior, o *limes* se afastava de rio e corria pela floresta de Delvenau para o rio Delvenau. Dali prosseguia para o Hornbecker Mühlen-Bach e as nascentes do rio Bille. Então prosseguia para a pedra de Liudwine, então para Weisbirken e Barkhorst. Então ela passou por Süderbeste até a floresta de Trave e novamente por esta floresta até os baixios de Blunkerbach. Então o *limes* prosseguia até Transfelder Au e subia diretamente até o vau conhecido como Agrimeswidil. Neste local Burwid travou duelo com um guerreiro eslavo e o matou; e uma pedra comemorativa foi ali erigida. Então a linha prosseguia até o Stocksee e a partir dali passava pelo Zwentifeld, a leste do Rio Schwentin. Ao longo deste último rio, a fronteira avançava até o Golfo Cítio e o Mar Báltico.

Este precedente carolíngio, eivado de rios, florestas e pântanos, nos fazem considerar que, diferentemente do que Adam de Bremen pensou, deve ter sido não uma fronteira demarcada por fortificações (aliás, nenhuma é mencionada), mas sim como uma zona fronteiriça desabitada ou quase isso, que separava a Saxônia carolíngia das populações eslavas.

Ao observar o estado *limes Saxoniae* (voltado para os eslavos) em diplomas imperiais em meados do século XI, Matthias Hardt aponta que, de fato, não mais se tratava de uma linha contínua como a descrita por Adam de Bremen, mas sim uma área, um distrito fronteiriço, sobre a qual os imperadores mantinham controle direto (HARDT, 2005, p.43), implicando justamente um sistema defensivo em profundidade na região.

Quanto à materialidade das fortificações do *Burgenordnung*, os métodos e materiais empregados em suas construções são análogos aos empregados nos *burhs* anglo-saxônicos. Contudo, os *burgen* saxônios tendiam a ser circulares, e estavam no

²³ We have also found that the boundaries of Saxony across the Elbe were drawn by Charles and other emperors as follows: The first extends from the east bank of the Elbe up to the rivulet which the Slavs call Boize. From that stream the line runs through the Delvunder wood up to the Delvenau River. And so it goes on to the Hornbecker Mühlen-Bach and to the source of the Bille, thence to Liudwinestein and Weisbirken and Barkhorst. Then it passes on through Süderbeste to the Traveb woods and again through this forest to Blunk. Next it goes to the Tensfelder Au and ascends directly up to the ford called Agrimeswidil. At that place, too, Burwid fought a duel with a Slavic champion and slew him; and a memorial stone has been put in that spot. Thence the line runs up, going to the Stocksee, and thus on to the Zwentifeld lying to the east as far as the Schwentine River itself. Along the latter stream the Saxon boundary goes down to the Scythian Lake and to the sea they call the Eastern Sea.

limite inferior do tamanho dos *burhs* insulares, sendo que a maior parte deles não eram maiores que 30 metros de diâmetro (SCHOENFELD, 1994, p. 60), com um perímetro de cerca de 90 metros. Ademais, os *burgen* continentais também parecem ter sido localizados muito mais próximos uns dos outros – frequentemente entre quatro e seis quilômetros de distância um do outro – do que as vinte milhas normativas que separavam um *burgh* do outro.

Considerações Finais:

As pesquisas em curso nas fronteiras militares na Inglaterra e na Germânia imperial sugerem que as diferenças étnicas e culturais presumivelmente bruscas marcadas pela existência das próprias fronteiras, conforme pensadas pelos postulados de Turner, não eram tão evidentes como se pensou. De fato, vem se mostrando cada vez mais que, em muitas formas, nestas regiões houve o surgimento de uma dinâmica que, de certa forma, replicou fenômenos de assimilação cultural e étnica associados às fronteiras do Baixo Império Romano²⁴.

Tanto os *burhs* Alfredianos quanto os *burgen* Otônidas e os sistemas defensivos a eles associados permitiram que as populações Anglo-saxônicas e Anglo-escandinavas, assim como Saxônios, Bávaros, Eslavos e Magiares pudessem desenvolver distintos modos de coexistência através de trocas comerciais e culturais, além do trabalho missionário, que transformaram as populações incursoras: o *Danelaw* anglo-escandinavo foi reabsorvido por Wessex, os Boêmios se constituíram como ducado subordinado ao Império em 906 e os Magiares se constituíram como reino cristão por volta do ano Mil.

Todos os casos conhecidos de fronteiras militares entre a Antiguidade Tardia e o século X implicaram na existência de zonas tampão, nas quais, a despeito das confrontações militares nas terras fronteiriças, as fronteiras políticas não eram muros separando grupos populacionais, mas áreas de trocas culturais, um cadinho no qual se fundiam culturas economias e sociedades. De um ponto de vista puramente militar, estas fronteiras eram mais áreas de equalização, compensação e trocas do que escudos da civilização contra bárbaros (HENNING, 2005, p. 34).

Comparando as fronteiras militares germânicas à anglo-saxã, podemos alcançar algumas questões interessantes, caso possuíssem em comum o caráter vegeciano de defesas em profundidade, pensadas para ação conjunta com exércitos móveis e semipermanentes, difeririam em escala territorial, assim como, em concepções e funções.

Como vimos, a zona fronteiriça de Wessex abarcava a totalidade do reino, territorialmente muito menor do que a Bavária ou a Saxônia, sendo suas defesas parte integral de uma reestruturação do reino propriamente dito, já que as cidades fortificadas do *Burghal Hidage* possuíam funções econômicas e administrativas, além das militares.

Ademais, sua distribuição territorial também se enquadra em uma concepção logística baseada nas estradas romanas e ancorada no estabelecimento de uma fronteira linear formal entre Alfred e Guthrum.

²⁴ Excelente síntese destes estudos no artigo de MILLER, David Harry. Frontier Societies and the Transition between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In: MATHISEN, Ralph W.; SIVAN, Hagith S. (Ed.). *Shifting Frontiers in Late Antiquity*. Alderhot: Ashgate, 1996, p.158-71.

Não podemos nos esquecer do fato primordial do interesse de ambas as partes em futuras expansões territoriais que abarcassem a totalidade da ilha, ou seja, havia considerável possibilidade de integração entre as distintas populações.

Por sua vez, as fronteiras germânicas eram de grande extensão em regiões de desenvolvimento urbano e econômico muito menor, possuindo caráter essencialmente militar. Inexistiam as preocupações de integração territorial e populacional presentes em Wessex, assim como inexistia uma fronteira linear, se tratando de zonas difusas de contato e atrito, que só passariam a contar com mais contatos culturais e tráfego econômico a partir da segunda metade do século X.

Ademais, Wessex baseava a estratégia de negação do uso do espaço por seus adversários através do emprego da mobilidade através de sua rede de estradas (Figura 2), os germânicos continentais embasavam sua estratégia na utilização dos cursos d'água como obstáculos à retirada dos incursores inimigos (figura 5).

Isso nos permite vislumbrar parte da enorme variedade de relações que podem ser abarcadas pelo conceito de fronteiras como categoria analítica para o medievo, ressaltando a advertência anterior de cuidado metodológico e respeito às especificidades regionais para a aplicação do mesmo.

Referências

ABELS, Richard. *Alfred the Great – War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Londres: Routledge, 1998.

ABULAFIA, David; BEREND, Nora (Ed.). *Medieval Frontiers: Concepts and Practices*. Aldershot: Ashgate, 2002.

ADAM DE BREMEN. In: TSCHAN, Francis J. (Trad.). *History of the archbishops of Hamburg-Bremen*. New York: Columbia UP, 2002.

ALLMAND, Christopher. *The De Re Militari of Vegetius – The Reception, Transmission and Legacy of a Roman Text in the Middle Ages*. Cambridge: CUP, 2011.

BACHRACH, David S. *Warfare in Tenth-Century Germany*. Woodbridge: Boydell, 2012.

BAKER, John; BROOKES, Stuart. *Beyond the Burghal Hidage – Anglo-Saxon Civil Defence in the Viking Age*. Leiden: Brill, 2013.

BEREND, Norma. Medievalists and the Notion of the Frontier. *The Medieval History Journal*, v. 2, n. 1, 1999, p. 55-72.

BOWLUS, Charles R. *The Battle of Lechfeld and its Aftermath, August 955*, Aldershot: Ashgate, 2006.

GOLDBERG, Eric J. 'More Devoted to the Equipment of Battle than the Splendor of Banquets': Frontier Kingship, Martial Ritual, and Early Knighthood at the Court of Louis the German. *Viator*, 30, 1999, p. 41-78.

HARDT, Matthias. The *Limes Saxoniae* as part of the Eastern Borderlands of the Frankish and Ottonian-Salian Empire. In: CURTA, Florin (Ed.). *Borders, Barriers, and Ethnogenesis - Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2005, p. 35-49.

HENNING, Joachim. Civilization versus Barbarians? Fortification Techniques and Politics in the Carolingian and Ottonian Borderlands. In: CURTA, Florin (Ed.). *Borders, Barriers, and Ethnogenesis - Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2005, p. 23-34.

HOOPER, Nicholas; BENNETT, Matthew. *The Cambridge illustrated atlas of warfare - The middle ages 768-1487*, Cambridge: Cambridge UP, 1996.

KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael (Trad.). *Alfred the Great - Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources*. Londres: Penguin Books, 2004.

LAVELLE, Ryan. *Alfred's Wars – Sources and Interpretations of Anglo-Saxon Warfare in the Viking Age*. Woodbridge: Boydell, 2010.

LEYSER, Karl. *Communications and Power in Medieval Europe - The Carolingian and Ottonian Centuries*. Londres: Hambledon, 1994.

LOURIE, Elena. A Society Organized for War: Medieval Spain. *Past and Present*, 35, 1966, p. 54-76.

MILLER, David Harry. Frontier Societies and the Transition between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In: MATHISEN, Ralph W.; SIVAN, Hagith S. (Ed.). *Shifting Frontiers in Late Antiquity*. Alderhot: Ashgate, 1996.

MONTEIRO, João Gouveia; BRAGA, José Eduardo (Trad.). *Vegécio – Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2011.

MORILLO, S. Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetian Strategy. *The Journal of Medieval Military History*, v. 1, 2002, p. 21-42.

REGINO DE PRÜM e ADALBERT DE MAGDEBURG, in: MACLEAN, Simon (Trad.). *History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe - The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester UP, 2005.

ROGERS, C. J. The Vegetian “Science of Warfare” in the Middle Ages. *The Journal of Medieval Military History*, v. 1, 2002, p. 01-19.

SCHARER, Anton. Alfred the Great and Arnulf of Carinthia: a comparison, in: REUTER, Timothy (Ed.). *Alfred the Great: papers from the Eleventh-Centenary Conferences*. Aldershot: Ashgate, 2003, p. 311-321.

SCHLESINGER, Walther. Burgen und Burgbezirke: Beobachtungen im mitteldeutschen Osten, in: *Mitteldeutsche Beiträge zur Verfassungsgeschichte des Mittelalters*. Göttingen, 1961, p.158-187.

SCHOENFELD, Edward J. Anglo-Saxon *Burhs* and Continental *Burgen*. Early Medieval Fortifications in Constitutional Perspective. *The Haskins Society Journal: Studies in Medieval History*, 6, 1994, p. 49-66.

THOMPSON, James Westfall. *Feudal Germany*. New York: Frederick Ungar, 1928.

VEGÉCIO, Flávio Renato. *A Arte Militar (De Re Militari)*. São Paulo: Paumape, 1995.

WEBB, Walter Prescott. *The Great Frontier*. Reno: University of Nevada Press, 1951.

WIDUKIND DE CORVEY. In: BACHRACH, Bernard S.; BACHRACH, David S. (Trad.). *Deeds of the Saxons*. Washington DC: Catholic University of America Press, 2014.